

Contrato nº 7000.0000327.10.2

**Programa de Educação Ambiental
Gasoduto Campinas-Rio (PEA-GASCAR)**

TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS – TAG
PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

RELATÓRIO QUADRIMESTRAL

Março de 2013

Contratante:

TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS - TAG
EM ATENDIMENTO À CONDICIONANTE 2.9ª DA LICENÇA DE OPERAÇÃO 762/2008
DO GASODUTO CAMPINAS-RIO (GASCAR)

Empresa Responsável:

KATU GENTE & AMBIENTE CONSULTORIA E PESQUISAS LTDA ME
CNPJ: 09.677.310/0001-10
www.katu.srv.br
Registro CTF IBAMA nº 4387931
Consultoria Técnica Especializada classe 6.0.

ELABORADO POR:

Carlos Artur Felipe
Registro CTF Ibama nº4387801

Elaine Moscoso Gomes
Cr-BIO nº 65886/04
Registro CTF Ibama nº 4387798

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA:

Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro
Registro CTF Ibama nº 196173

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	4
3.	METODOLOGIA UTILIZADA	14
4.	RESULTADOS OBTIDOS	14
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	14

*PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
DO GASODUTO CAMPINAS-RIO (PEA-GASCAR)*

RELATÓRIO QUADRIMESTRAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: 25/11/12 A 24/03/2013
DATA DE ENTREGA: 25 DE MARÇO DE 2013

1. INTRODUÇÃO

Para fins deste relatório, consideramos o período compreendido entre 25 de novembro de 2012 a 24 de março de 2013, cujas atividades executadas foram determinantemente a análise e sistematização dos resultados obtidos na construção dos projetos a partir do II Encontro de Capacitação de Multiplicadores e dos seus desdobramentos ao longo do quadrimestre. Portanto, é um relatório sintético, que apresenta os caminhos que estão sendo trilhados pelos multiplicadores e equipe técnica executora na elaboração dos projetos que, em última instância, materializarão o produto final da fase I do PEA-GASCAR.

Como os mesmos estão em processo de formulação e delimitação de escopo, será aqui traçado somente o percurso de construção, as opções feitas, o arcabouço geral dos grandes eixos selecionados, e analisada a adequação às diretrizes e linhas de ação definidas anteriormente, coletivamente e em acordo com as orientações do IBAMA para a educação ambiental no licenciamento.

Cabe ressaltar que esta atividade de sistematização e análise estava prevista e acordada para o final de 2012 e início de 2013, e que as demais atividades de formação, diante da reestruturação feita, foram todas adequadamente executadas. Com isso, a ênfase nessa etapa última da fase I do PEA-GASCAR está de fato na produção dos projetos, entendendo-os não exclusivamente como produto final dessa fase do programa, mas também como parte inerente da formação continuada, em seu percurso de elaboração.

Em resumo, é possível afirmar que, a partir da proposta criativa dos multiplicadores, evidenciando domínio da educação ambiental no licenciamento e do programa, as diretrizes estão sendo respeitadas. Além disso, estes pensaram em uma estrutura de projeto geral por setor (que denominaram de “projetões”), que transversaliza as principais questões identificadas ao longo da execução do PEA-GASCAR, dando unidade e integrando todas as regiões, e no âmbito dos quais estão sendo construídos os projetos específicos.

A princípio poderia parecer uma transgressão da proposição em linhas de ação, tal como concebida pelo grupo, contudo, a mesma não somente incorpora a proposta original, mas também tem se mostrado pertinente por buscar dar unidade de ação em toda a área de abrangência. Ainda é cedo para fazer afirmações mais conclusivas, contudo, é possível dizer que as escolhas, diálogos e delimitações estão compatíveis com o que foi planejado e idealizado para o programa.

Além disso, podemos dizer que o quadrimestre foi marcado por atrasos no pagamento de faturas, decorrentes de entraves burocráticos, e por redução de ritmo de atividade de campo em função das novas composições nas prefeituras e festividades de fim de ano, férias escolares e carnaval, o que dificulta trabalhos mais intensos de mobilização e reuniões. O que, contudo, não inviabilizou o planejamento das últimas ações da fase I do PEA-GASCAR, cumprido com empenho e compromisso da equipe técnica, que buscou manter contato permanente com os multiplicadores, visando motivá-los em um processo social delicado, pautado na confiança e na esperança de execução de projetos com retorno comunitário efetivo.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As atividades desenvolvidas durante o período normalmente são apresentadas a partir de detalhamento das ações previstas em Plano de Trabalho (planejamento mês-a-mês) e do sistema de avaliação, considerando, evidentemente, os ajustes no formato e reordenamento nas atividades de divulgação e formação previstas e aprovadas.

As ações inicialmente concebidas foram:

- Rotinas Administrativas e Operacionais
- Ações de planejamento e desenvolvimento
- Organização e processamento de dados
- Planejamento logístico das atividades de campo
- Capacitação de Sujeitos Prioritários do Processo educativo – Acompanhamento para Elaboração de Projetos (Momento II – Eixo I – Ação I)
- Escola Itinerante – Realização de Atividades (Momento II – Eixo I – Ação III)
- Capacitação do Público Interno – Execução do módulo geral – quando houver turma (Momento II – Eixo II – Ação I)

As atividades de rotina e administrativas foram todas mantidas e executadas, bem como o contato com os multiplicadores. As atividades de capacitação foram integralmente cumpridas até esse momento de início de elaboração dos projetos, que ocupará a etapa final de execução do PEA-GASCAR.

Segue a análise do material produzido até o momento, considerando, para tanto, três categorias: (1) adequação às diretrizes; (2) adequação às linhas de ação; (3) concepção geral dos “projetões”.

➤ **A ANÁLISE**

ADEQUAÇÃO ÀS DIRETRIZES

As diretrizes foram concebidas em 4 categorias. Todas estas estão contempladas na organização feita pelos multiplicadores.

No que se refere à categoria denominada de “normativo-institucional”, observamos algumas confluências importantes com a listagem feita e encaminhada no relatório quadrimestral de dezembro de 2012. A ênfase está: nos aspectos relativos ao respeito aos pressupostos de uma educação ambiental crítica, tal como formulada pelo IBAMA; no caráter estruturante da educação ambiental e sua relação com a gestão ambiental e instituições públicas; na definição e reconhecimento dos sujeitos e valorização dos saberes e práticas locais, com

ênfase em grupos vulneráveis; e na busca de práticas que garantam que o processo educativo seja contínuo e participativo.

Na categoria que envolve diretrizes ligadas às parcerias (que foi chamada de “estratégicas/parcerias”), identificamos potencial para garantir na execução o envolvimento de atores estratégicos, como prefeituras, instituições públicas outras, lideranças locais, professores e a articulação com os demais projetos no âmbito do PEA-GASCAR.

Na terceira categoria de diretrizes, denominada de “prioridades temáticas”, os projetos indicam que há claramente a opção por vincular corretamente valorização cultural, viabilidade econômica, políticas públicas e processo educativo, em total consonância com os preceitos da educação ambiental no licenciamento.

Na quarta e última categoria, que foi nomeada de diretrizes “comunicacionais”, não identificamos uma ênfase direta, até porque o foco está na educação, contudo, estas podem ser plenamente contempladas à medida que junto ao processo educativo se garantam estratégias capilares de divulgação e construção de canais públicos de manutenção de fluxo de informações entre projetos e sociedade.

ADEQUAÇÃO ÀS LINHAS DE AÇÃO

Aqui houve uma alteração substantiva, uma vez que a proposta de organização está voltada para algo unitário que se diferencie por região. Todavia, isso não significa que as linhas não estejam agora contempladas como eixos transversais. Vejamos.

A “linha de ação A: mobilização e organização social para instituir ou acessar políticas públicas”, tem por objetivo garantir que os projetos estejam voltados para a ação coletiva e organizada de grupos sociais mobilizados, prioritariamente os vulneráveis, contemplando a formação continuada para a intervenção qualificada na gestão ambiental pública e em espaços públicos.

A “linha de ação B: fomento a práticas sustentáveis”, visa promover projetos que associem processos formativos a atividades econômicas sustentáveis, gerando autonomia de grupos sociais e o resgate de tradições culturais.

A “linha de ação C: educomunicação”, pretende consolidar projetos que fomentem a participação social e a construção coletiva e educativa dos instrumentos de comunicação (desde a concepção até a transmissão da informação), favorecendo a democratização da comunicação e a socialização de informações e conhecimentos relativos ao licenciamento ambiental.

As duas primeiras estão visivelmente atendidas nos projetos-eixos (“projetões”). A terceira, tal como acontece com a categoria de diretrizes comunicacionais, fica implícita, podendo se constituir em meio de potencialização das ações educativas, se concebida e prevista no detalhamento dos projetos. É, portanto, um aspecto que merece atenção por parte da equipe técnica no momento da orientação do refinamento de objetivos e estratégias metodológicas de cada projeto.

CONCEPÇÃO GERAL DOS “PROJETÕES OU PROJETOS-EIXOS

Os multiplicadores, com o devido apoio da equipe técnica, começaram a elaborar os projetos-eixo que garantirão a unidade na área de abrangência e entre os setores, respeitando as diretrizes, linhas de ação e demais macro-orientações normativas do IBAMA.

Abaixo está uma organização preliminar do material concebido pelos multiplicadores, evidenciando o que foi explicitado e comentado anteriormente. Cabe destacar que esta estrutura geral é a base para a formulação dos projetos setoriais e por região.

- “PROJETÃO” PARA ENTORNO DE UCs – FOCO: CRIAÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Introdução

Esse “projetão” visa criar uma rede de centros de educação ambiental na área de abrangência do gasoduto, mantendo a articulação entre os participantes do programa, por meio de consolidação de espaços físicos e virtuais, e criando um espaço de referência para gestores de UCs, estudantes de escolas, profissionais e militantes sociais interessados em conservação de UCs.

Centros de educação ambiental são considerados pelo campo da conservação internacional como referências materiais e simbólicas importantes para que o processo educativo se consolide internamente à gestão das UCS e externamente a estas, com as comunidades do entorno.

Justificativa

Os centros são espaços estratégicos para que os saberes e experiências locais e regionais se unifiquem em rede, tendo por referência espaços físicos que permitem encontros, eventos, cursos e disponibilização de materiais que auxiliam o processo educativo voltado para a conservação. Os centros potencializam a integração regional não só em relação à proteção ambiental, mas também em relação ao turismo ecológico, e ao fortalecimento da cultura local e tradicional, estimulando a participação dos diversos atores sociais e ampliando o público direto envolvido em educação ambiental (formal e não formal).

Objetivo geral

- Criar Centros de Educação Ambiental que atuem como polos de referência e articulação de experiências e atores sociais inseridos no PEA-GASCAR.

Objetivos específicos

- Garantir estrutura material e pedagógica para se receber a comunidade e capacitar agentes sociais em projetos e ações voltadas à educação ambiental.
- Contribuir para a articulação e mobilização dos atores sociais inseridos no PEA-GASCAR.
- Fomentar o intercâmbio entre os inseridos no programa e a criação de uma rede de centros de educação ambiental.
- Fomentar processos formativos que estimulem práticas sustentáveis, valorizem a cultura local e promovam a conservação.

Público Prioritário

Multiplicadores e participantes do programa, comunidade escolar da região do PEA, universitários, pesquisadores, turistas e comunidade local.

Quantitativo de Centros de Educação Ambiental

Um ou dois por região, em um total que pode oscilar de 4 a 8, em locais a serem definidos conjuntamente com os multiplicadores do programa.

Metodologia

- Estabelecimento conjunto de critérios para escolhas das cidades-sede.
- Escolha das UCs que receberão os Centros.
- Levantamento dos trabalhos e documentos sobre UCs na área de abrangência e construção de um acervo para os Centros.
- Definição dos locais que sediarão os Centros, prevendo recuperação de algum espaço cedido pelo poder público ou construção de novo, sob um padrão arquitetônico comum para todos os centros.
- Intervenção física para a concretização e equipamento dos espaços.
- Construção de um projeto político pedagógico por centro.
- Criação de uma rede de educadores ambientais com interesse na gestão de UCs e multiplicadores do PEA-GASCAR
- Planejamento participativo do conjunto de ações de formação e articulação via rede.
- Implementação das atividades sob orientação da empresa contratada para executar o programa.

- “PROJETÃO” PARA ÁREA RURAL – FOCO: CORREDORES ECOLÓGICOS E CULTURAIS

Introdução

A região cortada pelo Gasoduto Campinas-Rio abriga expressiva diversidade ecológica, cultural e social. Ao longo do percurso do Gasoduto se encontram áreas agrícolas, pecuária extensiva, indústrias, cidades históricas, remanescentes de Mata Atlântica e unidades de conservação. Este “projeto” foi concebido buscando realizar ações integradas ao longo de todo o território do percurso do Gasoduto que garantam a valorização cultural, ambiental e histórica da região, a viabilidade econômica de grupos locais e a formação de pessoas que possam atuar em tais iniciativas.

Justificativa

A área rural da região vem sofrendo com constantes descaracterizações de seu espaço natural e de suas atividades econômicas tradicionais, ocasionando problemas sociais, falta de perspectiva para jovens de grupos sociais tradicionais e degradação ambiental.

Com isso, é reconhecido que o incentivo a práticas sustentáveis, como turismo de base comunitária, e o fomento a atividades econômicas locais podem auxiliar na reversão de cenários de destruição da vida social e ecológica.

Objetivo

Proporcionar condições de sustentabilidade ambiental na área de influência do Gasoduto, por meio de ações integradas de cunho formativo, econômico e cultural.

Público Prioritário

Agricultores familiares, moradores de áreas rurais, proprietários de áreas de relevante interesse histórico e ambiental, educadores ambientais, estudantes, gestores públicos e técnicos.

Quantitativo de corredores e roteiros turísticos

Aproximadamente 2 por município/região

Metodologia

- Identificar e cadastrar produtores familiares e produtores rurais com atributos históricos em suas propriedades;
- Mapear de forma participativa as áreas passíveis para restauração;
- Identificar sítios históricos, arqueológicos e áreas de interesse turístico;
- Entrevistar moradores mais antigos sobre história e tradições;
- Construir roteiros turísticos, com sua demanda de formação e restauração;
- Aprovação dos roteiros de modo participativo, por meio de eventos públicos nas áreas por onde passam os trajetos;
- Formação de pessoal para atuação nestes roteiros;
- Ações de mobilização e divulgação da proposta: mutirão de limpeza de rios, recuperação de margem de rio, revegetação de áreas degradadas etc.
- Consolidação de parcerias para viabilizar os roteiros aprovados coletivamente.

- “PROJETÃO ÁREA URBANA – FOCO: FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, GESTÃO AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Introdução

A democratização das políticas ambientais, com a melhoria de qualidade de vida do povo brasileiro de forma justa, em que o cidadão participe da construção e acesso a seus direitos, depende de processos formativos e de mobilização para que os grupos sociais atuem de forma qualificada nos instrumentos da gestão ambiental e em espaços públicos.

Justificativa

A participação e o controle social de políticas públicas, com o amplo acesso do cidadão aos espaços públicos da gestão ambiental é uma premissa da política ambiental e uma exigência para que o desenvolvimento nacional seja de fato sustentável.

Contudo, a participação nesses espaços e instrumentos da gestão ambiental depende de formação de pessoas que possam se envolver e intervir de modo qualificado nos debates e decidir conscientemente sobre assuntos de interesse coletivo.

Objetivo geral

Contribuir para a atuação qualificada do cidadão local, a articulação das instituições locais e a realização de parcerias, por meio de processos de formação dos gestores públicos municipais e de atores da sociedade civil, de forma contínua, permanente e articulada.

Objetivos específicos

- Incentivar a constituição de um grupo de gestores municipais – ECOGRUPO - comprometida com a discussão e implementação de um conjunto de medidas socioeducativas e emancipadoras, que apontem na direção da construção de um município sustentável;
- Promover a gestão ambiental democrática e compartilhada nos municípios da área de abrangência.

Público Prioritário

Gestores públicos com potencial técnico para a realização das ações formadoras; e representantes da sociedade civil que possam atuar como multiplicadores sociais.

Quantitativo de Ações de formação

- 1 curso de 160 h para 60 gestores dos municípios afetados pelo Gascar
- 1 curso de 80h para multiplicadores por região (total de 4) – 180 pessoas

Metodologia

Dividido em *Módulos de Formação* ocorrerá o Curso de Aperfeiçoamento (Módulo I) de 160 horas para os gestores e técnicos do poder municipal da área de abrangência do PEA-GASCAR.

Em seguida, ocorrerá o curso de Intervenção Educadora Ambientalista (Módulo II), de 80 horas, voltado para representantes da sociedade civil, contando com a participação entre os docentes de pessoas formadas no primeiro módulo. Assim, será possível realizar 4 cursos simultâneos, um em cada região.

No módulo II, através da lógica de capilaridade, serão formados grupos de trabalho pelos cursistas, buscando agregar novas representações comunitárias.

➤ **CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA DESCRIÇÃO**

A análise indica a adequação às quatro diretrizes anteriormente definidas (comunicacionais, prioridades temáticas, parcerias, normativo-institucionais) e a adequação ao inicialmente previsto, mesmo que por caminho distinto, aos pressupostos da educação ambiental no licenciamento, a partir de projetos unitários diferenciados por região.

É preciso ainda enfrentar dois desafios:

- nos próximos encontros com os multiplicadores, procurar determinar as prioridades a partir das orientações e objetivos já estabelecidos, buscando refletir sobre o conjunto proposto e delimitar da forma mais precisa o que fazer na fase II do PEA-GASCAR.
- A partir da delimitação e precisão dos projetos, negociar com a Transpetro o que é pertinente enquanto condicionante de licença ambiental e o que pode ser negociado com parceiros outros a serem buscados, com apoio da empresa.

3. METODOLOGIA UTILIZADA

Para a realização das atividades supra-descritas, foram utilizados os seguintes instrumentos e metodologias:

- Contatos telefônicos
- Contatos via Internet
- Sistematização e análise dos materiais produzidos no II Encontro de Capacitação

4. RESULTADOS OBTIDOS

Durante o período do quadrimestre foram realizadas as atividades de sistematização e análise das versões iniciais dos projetos produzidos durante o II Encontro de Capacitação dos Multiplicadores e no início de dezembro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quadrimestre do Programa de Educação Ambiental do Gasoduto Campinas – Rio (PEA-GASCAR) se caracterizou pela análise do material produzido durante o II Encontro de Capacitação dos Multiplicadores e avanços posteriores em relação à construção dos projetos.

A adequação da proposta dos projetos, ainda em seu estágio preliminar, às orientações normativas do IBAMA, às diretrizes e linhas de ação coletivamente produzidas no programa e a inovação no modo de organizar os projetos, buscando ampliar a integração e unidade entre estes e dar coerência ao que foi feito ao longo da execução da fase I do PEA-GASCAR, permite avaliar positivamente a entrada na etapa final de consolidação dos projetos que compõem o produto final dessa fase do programa. A maturidade da construção feita até aqui sinaliza para uma negociação justa com a Transpetro sobre o que será apoiado na fase

II. Além disso, a seriedade da equipe técnica e dos multiplicadores está permitindo que, de forma responsável, sejam definidas as últimas ações públicas desta fase e a entrega de produtos com qualidade técnica e compromisso social.